

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

A informação no ambiente prisional: modelo de comportamento em informação de sujeitos encarcerados

Ana Karisse Valença Silva Azevedo

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas.

karisseazevedo@gmail.com

Marcos Aurélio Gomes

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto na Universidade Federal de Alagoas.

gomesbib@cci.ufal.br

Edivanio Duarte de Souza

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado na Universidade Federal de Alagoas.

edivanio.duarte@ichca.ufal.br

Resumo

A informação é elemento fundamental em diferentes processos de inclusão social. Para tanto, devem-se considerar as particularidades dos contextos de uso. Nesse sentido, este artigo visa discutir elementos que condicionam as necessidades e o comportamento em informação de sujeitos em cumprimento de pena, em regime fechado. E, a partir disso, propor um modelo teórico que auxilie a compreensão e a implantação da remissão de pena pela leitura, em diferentes sistemas prisionais. Considera que a comunidade carcerária é múltipla e a precariedade de recursos que permeiam este ambiente dificulta a implantação de projetos dessa natureza. O modelo possibilita a identificação de elementos a serem considerados nos estudos, no acompanhamento e na avaliação de comportamentos em informação de sujeitos encarcerados.

Palavras-chave: Comportamento em informação. Comunidade carcerária. Necessidade em informação.

Information in the prison environment: model of behavior in information of prisoners

Abstract

Information is a fundamental element in different social inclusion processes. Therefore, the particularities of the contexts of use must be considered. In this sense, this article aims to discuss elements that condition the needs and information behavior of subjects serving sentences, in a closed regime. And, from that, propose a theoretical model that helps the understanding and the implementation of the remission of penalty by reading, in different prison systems. He considers that the prison community is multiple and the precarious resources that permeate this environment make it difficult to implement projects of this nature. The model makes it possible to identify elements to be considered in studies, monitoring and evaluating informational behaviors of incarcerated subjects.

Keywords: Information behavior. Carcerary community. Information needs.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-Compartilhalqual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).

1 Introdução

A reintegração social tem sido uma das principais preocupações dos entes que administram o cárcere atualmente. Isso porque a ideia de ambientes destinados apenas a punir e isolar sujeitos infratores já não é suficiente do ponto de vista social, político e econômico. Por isso, as medidas reintegradoras estão sendo cada vez mais implantadas em sistemas penitenciários espalhados pelo Brasil e pelo mundo, com o intuito de devolver a dignidade a estes sujeitos. Apesar de ainda haver preconceito quanto ao cuidado com a vida e o futuro dos encarcerados, essas medidas vêm ganhando cada vez mais aceitação social, por meio de uma conscientização para o bem de toda a coletividade.

Além disso, a informação, comumente vista como a base para a resolução para problemas relacionados à vida cotidiana, à prática profissional, ao meio acadêmico ou ao mundo empresarial, vem obtendo também substancial importância no trato com os diversos processos de inclusão social. Seja como for, a informação influencia na construção do sujeito e nas diversas relações que estabelece com outros e com o meio social. Há muito tempo, a informação corresponde à preocupação principal de profissionais que fazem dela seu principal objeto de estudo, como aqueles que atuam na Biblioteconomia e Ciência da Informação e em áreas afins.

Esses profissionais atuam em unidades de informação nas quais todo material é organizado e disseminado objetivando a realização de processos dinâmicos de mediação de informação e conhecimento. O sucesso dessas instituições sociais depende, principalmente, da relação entre as informações de que dispõem e a comunidade a que atendem, ou seja, a qualidade da informação pode ser medida pela sua capacidade de atender às necessidades de seus usuários. Em rigor, o estudo de usuários é o primeiro passo quando se pensa em disponibilizar serviços e produtos informacionais.

O estudo de comunidade é um trabalho complexo, longo e contínuo feito por profissionais da informação, mas, apesar do esforço que este despende, é precípuo para o funcionamento dos fluxos de informação. No escopo dos estudos de usuários, encontram-se dois conceitos fundamentais, quais sejam: necessidades de informação e comportamento em informação. Com efeito, esses são conhecimentos prévios essenciais para a formação de uma unidade de informação, pois é por meio deles que se pode conhecer o usuário potencial desta unidade, verificar suas necessidades, o motivo dessas necessidades estarem sendo formadas, e o comportamento deste usuário em relação às mesmas.

Essa preparação para a formação de unidades prestadoras de serviços de informação é imprescindível em qualquer contexto, porque, seja qual for a biblioteca, espera-se que ela tenha efeito transformador sob seus usuários, seja para evolução profissional, no contexto das bibliotecas institucionais e educacionais – escolares, especializadas e universitárias – ou social, no contexto das bibliotecas públicas, comunitárias e prisionais, pelo fato de todas essas instituições contribuírem, mesmo que indiretamente, para a formação educacional, social e cultural dos seus respectivos usuários.

No universo dessas unidades de informação, destaca-se a biblioteca prisional porque, a partir dela, a necessidade de transformação social se apresenta de forma sublinhada, pois sob a responsabilidade desta instituição existe a esperança de transformação das subjetividades de sujeitos encarcerados, na maioria das vezes, indesejáveis para o convívio social. A ausência de transformação nos usuários desta biblioteca pode acarretar na manutenção ou no agravamento de comportamentos delinquentes que afetam a ordem social. Espera-se desta biblioteca que a prática da leitura proporcionada seja, junto com outros elementos, suficiente para que o sujeito saia do sistema prisional moralmente reformado. Um sujeito encarcerado não restabelecido representa desperdício de tempo, espaço e dinheiro por parte do Estado e da sociedade.

A leitura, nesse contexto, é sem dúvida uma grande aliada. Com efeito, no Brasil existem diversos projetos para a remição de pena pela leitura, conforme a Recomendação nº. 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 23 de novembro de 2013, que dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura (BRASIL, 2013). Trata-se de um projeto que visa à diminuição do tempo de pena em troca de livros lidos. Apesar de cada estado e/ou penitenciária adotar algumas medidas específicas, no geral, a diminuição é condicionada à entrega de uma resenha que comprove a leitura realizada pelo encarcerado. Vale ressaltar que a avaliação da resenha geralmente tende a respeitar o nível de ensino obtido pelo sujeito, ou seja, não se atém às regras gramaticais, mas à verificação da veracidade da leitura ou não do livro.

Considera-se que uma das formas de receber informação, conforme Wilson (1981), é através do intercâmbio de informação por meio de outras pessoas. Neste sentido, no meio carcerário o intercâmbio de informações pode não ser positivo, visto que o convívio entre pessoas em situação de cumprimento de pena pode ser um agravante do comportamento impróprio. Ocorre que, apesar de conviver com seus familiares e com os funcionários que incentivam ou deveriam incentivar o comportamento lícito, na maior parte do tempo estes sujeitos estão cercados de pessoas que, pelos menos, podem dificultar o processo de transformação. A informação disponibilizada pela biblioteca, além do papel que teria com um sujeito social comum, deve desempenhar a função de inibir o comportamento individual ilícito do sujeito, e neutralizar a eventual influência negativa dos companheiros de cárcere.

Por isso, a unidade de informação nesse meio precisa ser triplamente qualificada. Por seu poder de transformação, a biblioteca no meio carcerário, além de apropriada, é fundamental para o processo efetivo de reintegração dos sujeitos. E, assim como nas demais instituições dessa natureza, na biblioteca prisional é indispensável o estudo de necessidades e de comportamentos em informação de seus usuários para que se alcancem os objetivos almejados, principalmente, considerando suas particularidades. Tomando como referência esse contexto amplo, o presente artigo visa, de modo ensaístico, discutir elementos que condicionam as necessidades e o comportamento em informação de sujeitos em cumprimento de pena, em regime fechado. E, a partir disso, propor um modelo teórico que auxilie a compreensão e a implantação da remição de pena pela leitura, em diferentes sistemas prisionais.

O fluxo da informação nos diferentes espaços é estabelecido pelo regime de informação que o caracteriza e o condiciona, composto por quatro elementos: os atores sociais, as ações de informação, os dispositivos de informação e os artefatos de informação (DELAIA, 2008). As práticas em informação na remição de pena pela leitura precisam, então, respeitar o regime de informação específico que rege os sistemas prisionais e os tipos penais ali encontrados, para que se possa estudar os fatores sob a perspectiva adequada.

Ao considerar a informação no contexto de uso com base em resultados, característicos de projetos de remição de pena pela leitura, tornam-se imprescindíveis as discussões acerca de necessidades e comportamentos em informação, visto que este estudo objetiva antever as demandas e os meios adotados pelos usuários para atendê-las. Essa previsão faz do atendimento mais eficaz e permite a utilização otimizada da leitura.

O texto ora apresentado é composto, além desta introdução, por três seções de referencial teórico que buscam dar embasamento à pesquisa por meio da conversação entre os pares acerca da temática, seguida dos procedimentos metodológicos, que visam demonstrar os caminhos percorridos para alcançar os resultados. Após, apresenta-se uma proposta de modelo de comportamento em informação de sujeitos encarcerados como resultado desta pesquisa. E, por fim, as considerações finais, que visam à reiteração dos principais pontos discutidos.

2 O uso da informação para obtenção de resultados

Há algum tempo, tornou-se lugar comum dizer que se vive em uma “Sociedade da Informação” ou “sociedade em rede”, caracterizada, nas palavras de Castells (2000), pela abundância de informação, tecnologias e conhecimento, e estruturada em fluxos informacionais que ligam e desligam os seres e os saberes em sua dinâmica e recursividade. Mas, afinal, o que isso realmente significa, sobretudo, se considerarmos uma parcela da população, como, por exemplo, os sujeitos encarcerados, que se encontram em situações de restrição de acesso a alguns direitos? Que sociedade é esta que tanto se diferencia das outras? Em que pese a ampla e profunda discussão sobre esta e outras questões que caracterizam a sociedade contemporânea, considera-se que esta nada mais é do que o reflexo da reestruturação do modo de produção capitalista, em que se considerou a informação como principal fonte de desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Não por acaso Le Coadic (1996) afirma que muitos a veem como mera mercadoria, tendo em vista o crescente processo de comercialização. E mais,

Talvez seja desnecessário para alguns, mas considera-se importante voltar a destacar a importância crescente da informação e do conhecimento no desenvolvimento socioeconômico. Na verdade, esse fato sempre esteve presente no desenvolvimento da humanidade. Todavia, um traço marcante é que após o surgimento do capitalismo essa questão conquistou relevância no modo de vida da sociedade ocidental. As

revoluções tecnológicas ocorreram baseadas na melhoria dos sistemas de informação. (ALONSO, 2002, p. 28).

Já Barreto (1994) reitera que a informação assumiu na era pós-industrial uma importância que recoloca para o pensamento questões sobre a natureza, o conceito e os benefícios que ela pode trazer ao sujeito e no seu relacionamento com o mundo em que vive. Mesmo assim, há muito tempo a definição do termo “informação” é imprecisa. Isso ocorre porque, de acordo com Wilson (1981), é sempre difícil encontrar a definição correta que se ajuste à finalidade do estudo. O autor tenta afastar essa imprecisão dentro do contexto do estudo de uso, afirmando que a informação pode denotar uma entidade física ou um fenômeno, um canal de comunicação em que as mensagens são transferidas (oral x escrita), ou até mesmo os dados transmitidos.

Neste contexto de complexidade é importante considerar que:

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem escrita em suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. Esta inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 1996, p. 5).

O autor destaca ainda que o objetivo da informação é a apreensão de sentidos ou seres em sua significação. Ainda que possa permanecer confuso, essas duas definições abarcam, pelo menos, parte considerável das formas com que a informação pode ser entendida no contexto amplo e complexo da Ciência da Informação.

A partir de um exercício analítico-sistemático, Buckland (1991) considera a informação sob três perspectivas: 1. “informação como um processo”, que seria o estado de mutação em que o sujeito se encontra após o recebimento de uma informação, pois justamente o ato de informar é a comunicação do conhecimento; 2. “informação como conhecimento”, que é aquilo que se percebe depois de ser informado; e, por fim, 3. “informação como coisa”, em que a noção de informação é atribuída a objetos dotados de informatividade.

Considerando a sistematização estabelecida pelo autor, observa-se que as unidades de informação lidam especificamente com a “informação como coisa”, pois essa é a única que pode ser organizada, armazenada e recuperada. Em rigor, por mais que uma biblioteca informe (“informação como processo”) e esse processo resulte em conhecimento (“informação como conhecimento”), o que realmente é disseminado, armazenado e manuseado são os objetos informacionais (“informação como coisa”).

Assim, apesar de o objetivo em bibliotecas prisionais ser, em última instância, promover a “informação como conhecimento”, analisam-se as necessidades e os comportamentos em informação, considerando, principalmente, a informação como coisa. Não se pode, porém, dissociar por completo os outros dois tipos de informação, conforme ponderou Souza (2015). Da mesma forma, a maneira como essas informações são transferidas e disseminadas (“informação como processo”) é fundamental para seu uso.

No ambiente carcerário, porém, especificamente no contexto do projeto de remição de pena pela leitura, esse acesso é, muitas vezes, bastante precário por causa das condições oferecidas. Tomando como exemplo o Estado de Alagoas, conforme a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), existe uma biblioteca no presídio Cyridião Durval, porém, o único presídio participante do projeto é o Santa Luzia (o presídio feminino do sistema) e as custodiadas deste não têm acesso à biblioteca localizada naquele (ALAGOAS, 2017). Além disso, de acordo com Alagoas (2016), por meio do projeto Lêberdade, as participantes apenas recebem uma listagem com os livros que estão disponíveis, tendo que optar por um deles. Outro elemento que ilustra a precariedade da implantação desse projeto de remição de pena se refere à ausência de profissionais da informação ou bibliotecários trabalhando ativamente no mesmo. Todos esses fatores citados demonstram a deficiência que o ambiente carcerário pode apresentar nos processos de acesso à informação, construção de conhecimento e inclusão social.

Atentar criticamente a essa realidade se torna imprescindível, quando se analisam as potencialidades da leitura em ambientes destinados ao processo de ressocialização de sujeitos em situação de cumprimento de pena.

[...] é através da leitura que obtemos a informação, somos confrontados com novos conhecimentos e saberes que nos permitem reflectir, tirar dúvidas e consolidar opiniões. Além disso, a leitura por prazer, para além de ser uma forma de passar o tempo, é também um meio de libertação da nossa imaginação, e, portanto, uma forma de combater o stress do dia-a-dia. A leitura cumpre, em suma, na nossa sociedade da informação, uma série de importantes funções, na medida em que se apresenta como um meio de acesso à informação, imprescindível para a resolução de múltiplas tarefas do quotidiano, como a leitura de cartas, de mapas, preenchimento de formulários; por outro lado, apresenta-se como uma forma que nos facilita o deleite e o enriquecimento com a visão dos outros sobre o mundo. Ao nível do ensino, é um veículo insubstituível na aprendizagem de qualquer disciplina. (BARROCO, 2004, p.137-138).

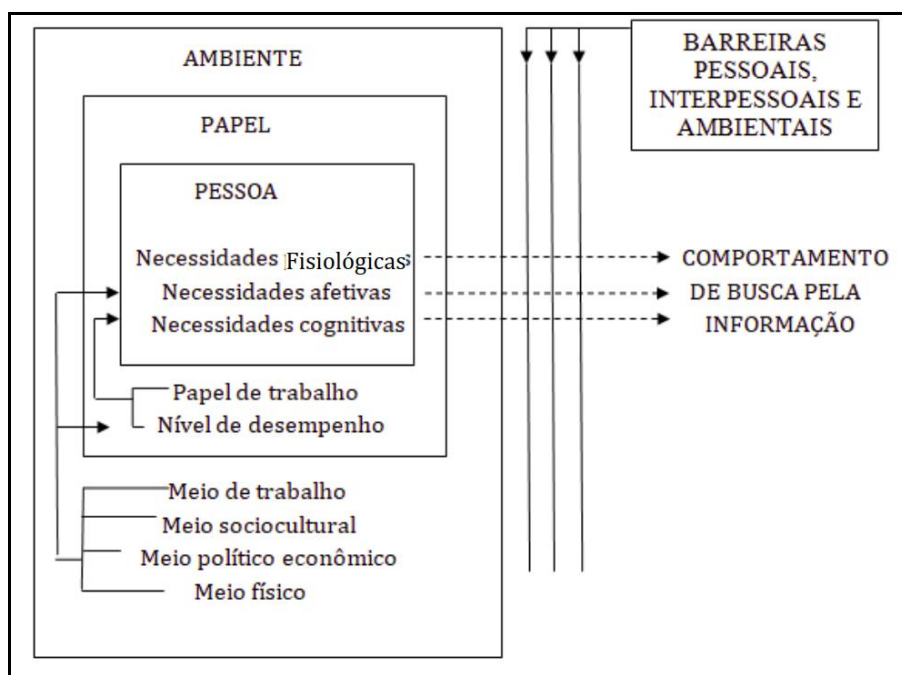
Há muito tempo, como discute Foucault (1977), a exclusiva punição de sujeitos encarcerados não deve ser objetivo dos sistemas penitenciários. Nessa perspectiva, a Lei de Execuções Penais do Brasil (LEP) estabelece como dever do Estado a assistência ao preso e ao internado, visando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Essa assistência deve ser material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (BRASIL, 1988).

A informação se constitui como elemento de importância fundamental em situações em que se espera resultados sociais decorrentes da atuação de instituições como a biblioteca prisional, que busca promover a transformação cognitiva como saída para a regressão de atos indesejados. Entender as necessidades de informação de qualquer comunidade é o primeiro passo para a construção de uma unidade de informação de sucesso. Isso não seria diferente em bibliotecas prisionais em que, em última análise, o sucesso da unidade decorre da efetiva ressocialização de seres humanos. Esse sucesso, por sua vez, está condicionado à relação entre as necessidades de informação desses usuários e as fontes de informação ofertadas.

3 Necessidade de informação no cárcere

Os seres humanos são múltiplos, sua construção depende de diversos elementos e ela gera necessidades que procuram suprir durante todo o período de suas existências. Wilson (1981) afirma existirem três tipos de necessidades principais para os seres humanos: fisiológicas, afetivas e cognitivas. Pode-se considerar que a necessidade de informação seria apenas um fragmento da necessidade cognitiva, porém, antes de discutir onde se classifica a necessidade de informação nesse contexto, se faz necessário entender seus fundamentos, sua definição e seu funcionamento.

Figura 1 – Necessidades de informação



Fonte: Wilson (1981).

De acordo com Wilson (1981), as principais questões do estudo das necessidades em informação são: “Por que o usuário decide buscar a informação? Para que finalidade ele acredita que ela servirá? Para que ela é realmente usada quando recebida?”. Estes questionamentos vão além de “O que o usuário procura?”, na medida em que procuram entender que razões levam o sujeito a buscar aquela informação ou, em outros termos, que elementos construíram sua necessidade.

A necessidade em informação é, então, a condição na qual certa informação contribui para atender a um propósito de informação genuíno ou legítimo (DERR, 1983). Torna-se difícil ver a necessidade de informação da mesma forma que as demais já apresentadas, isso porque, como exposto por Wilson (1981) e Derr (1983), elas se constituem e promovem a formação da necessidade de informação. Com efeito, ainda conforme Wilson (1981), o sujeito não é apenas impulsionado a buscar informações, mas vive e trabalha em ambientes sociais que criam suas motivações para a busca de informações que satisfazem as demais necessidades. Esta visão do autor pode ser entendida a partir do esquema representado na Figura 1.

O modelo de Wilson (1981) deixa bastante claro que, para atender às suas necessidades primordiais, o ser humano desenvolve um comportamento de busca de informação. Com efeito, a necessidade tem relação direta com um problema a ser resolvido que surge antes da necessidade, gerado no meio em que o sujeito se encontra e acerca dos papéis que exerce, que impulsiona o comportamento informacional. Por isso, não se deve tentar situar a informação em uma das necessidades básicas, mas a atender como meio para supri-las.

Em um exercício analítico focado nas necessidades de informação no contexto do cárcere, a liberdade parece ser uma das necessidades primordiais do sujeito e a informação corresponde ao meio de atendê-la, tanto física quanto cognitivamente. Quando se pensa no papel do sujeito na sociedade, que também é um dos fatores que influenciam as necessidades, é necessário ver o sistema prisional pela perspectiva interna. Quando se entende o sistema prisional como uma sociedade que funciona dentro, mas paralela e relativamente independente da comunidade em geral, passa-se a pensar cada preso individualmente quanto a seu papel naquela comunidade e no coletivo que a forma, em geral. De modo mais objetivo, o preso possui direitos e deveres, que resultam em funções e responsabilidades, no sistema prisional, em particular, e no sistema social, em geral, inclusive, realizando trabalho e desempenhando certa autoridade no ambiente em que vive. A necessidade de informação é, essencialmente, formada pela subjetividade do sujeito, isto é, pela:

[...] síntese singular e individual que cada um de nós vai construindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Essa síntese – a subjetividade – é o mundo de idéias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. (BOCK, FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 23).

O fato é que cada uma das experiências adquiridas pelos sujeitos antes e após as vivências no cárcere conta para se entender o comportamento de busca pela informação dos presos, inclusive o que motivou tal comportamento e as barreiras possivelmente enfrentadas. A compreensão dessas particularidades é imprescindível para o melhor planejamento de processos informacionais, em sentido restrito, e para o processo de ressocialização do apenado, em sentido amplo.

Sendo assim, a subjetividade engloba todas as peculiaridades imanentes à condição de ser sujeito, envolvendo as capacidades sensoriais, afetivas, imaginativas e racionais de tal pessoa. Na verdade, toda pessoa é uma complexa unidade natural e cultural. Mais que um corpo com funções biológicas e psicológicas com capacidade de transformar o seu meio pelo trabalho e pela linguagem, o ser humano é uma unidade de necessidades, desejos, sentimentos, angústias, temores imaginários, racionalidade e paixões. (MAMELUQUE, 2006, p. 628).

É necessário, portanto, considerar a subjetividade do detento no estudo de suas necessidades e de seu comportamento em relação à informação, principalmente, porque esta comunidade se encontra em situação crítica e possui peculiaridades próprias que podem se apresentar como barreiras de difícil superação. França (2004, p. 78) descreve as consequências do encarceramento, ao destacar que “Não se tratava apenas dos comportamentos adquiridos na prisão, mas de uma nova forma de pensar e sentir. Eram marcas impregnadas na subjetividade dos egressos que iriam determinar a forma de suas existências.”. De modo geral, Ottoboni (2001) reitera o ambiente desanimador que compõe o sistema prisional caracterizado por forte promiscuidade, ociosidade, violência, falta de confiança, ausência da família, sentimentos de autopunição e culpa, perda da autoestima, sentimento de inferioridade e ausência de esperança, entre outros.

Para entender as necessidades de informação de um sujeito encarcerado e, para além disto, suprir essas necessidades, é necessário considerar o ambiente, e, principalmente, os demais elementos do regime de informação a que este se submete. O regime de informação é tanto o ambiente físico, onde se instalam os artefatos tecnológicos, quanto as políticas informacionais que condicionam a produção e a comunicação de informação e de conhecimento. Os regimes de informação são diversos e podem ser definidos como ambientes integrados de sistemas de recuperação da informação, linguagens documentárias, e seres humanos com suas necessidades informacionais (FROHMANN, 1995). Entender esses regimes de diminui a possibilidade de incoerências entre a realidade encontrada e os resultados alcançados no cárcere, principalmente, porque condicionam a compreensão dos diferentes comportamentos em informação.

Todos os aspectos do ambiente devem ser levados em consideração na análise do usuário de um sistema de informação no interior do cárcere, inicialmente, porque se constituem e se desdobram em diferentes barreiras pessoais, interpessoais e ambientais, que certamente terão implicações diversas e profundas no comportamento informacional dos usuários que se encontram nessa situação.

4 Comportamento em informação

A forma como a mente do sujeito se organiza direciona-o, em grande medida, à busca pela informação de que necessita. Nesse processo, cada uma das escolhas pode resultar em diferentes comportamentos em informação, particularizando a dinâmica entre cada sujeito e os contextos diversos de informação.

Todo comportamento humano relacionado às fontes e aos canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva de informação, como a que é transmitida ao público quando este assiste aos comerciais da televisão sem qualquer intenção específica em relação à informação fornecida. (WILSON, 2000, p. 49).

O ser humano está cercado de informação e a acessa a todo o momento, intencionalmente ou não. Assim, com o estudo do comportamento de informação, o pesquisador busca entender como determinado coletivo se movimenta para buscar as informações e atender às suas necessidades informacionais.

De acordo com Wilson (1981), pode-se satisfazer as necessidades por meio de sistemas formais ou de outras pessoas, este último denominado como troca interpessoal de informação ou intercâmbio de informações. Em qualquer das formas de comportamento, a busca pode falhar, assim como também pode resultar em sucesso, e será usada em algum momento, gerando satisfação ou não.

Numa perspectiva mais operacional, Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) consideram que existem dois fatores principais que afetam a busca informacional, as fontes de informação e o conhecimento sobre elas. No que se refere ao primeiro, se trata, principalmente, dos locais onde são procuradas as informações, que, dependendo do sujeito, podem variar, mas, dentre eles, podem-se citar os colegas, as bibliotecas, os livros, os artigos e a própria experiência. O segundo, por sua vez, se refere ao conhecimento sobre informação ou o conhecimento sobre as fontes, o próprio processo de busca e a informação recuperada.

Já, para Wilson e Walsh (1996), há variáveis que influenciam no processo de busca informacional, classificadas em três grupos, a saber: pessoais, interpessoais e ambientais.

As variáveis pessoais interferem em um conflito cognitivo que leva o sujeito à busca pela resolução. Esse primeiro grupo de variáveis é subdividido em três subgrupos:

- características fisiológicas, emocionais e cognitivas: Abrangem condições internas do sujeito, como barreiras na procura por informação, como, por exemplo, em usuários surdos. Já as barreiras emocionais relacionam-se à dificuldade que os sujeitos têm em se expressar, o que gera incapacidade de se beneficiar com os serviços oferecidos.
- nível educacional: Compreende o conjunto de elementos que influenciam a competência no entendimento e comportamento de procura informacional.
- variáveis demográficas: Incluem a idade, o sexo, a raça e outros fatores que afetam o comportamento de procura de informação.

O segundo grupo de variáveis diz respeito a elementos interpessoais ou sociais que podem surgir sempre que a fonte de informação é uma pessoa, ou a interação interpessoal é necessária para se ter acesso a outros tipos de fontes de informação. Há também os fatores sociais, tais como crenças ou motivações de grupo, que podem influenciar a procura por informações.

Por fim, o terceiro grupo de variáveis ambientais, que inclui elementos contextuais mais amplos, dentre os quais se destacam:

- barreiras econômicas: Abarcam os custos econômicos diretos e o valor do tempo.
- tempo: Compreende a limitação de tempo atuando como barreira informacional.
- características das fontes de informação: Abrangem os elementos constitutivos, extrínsecos e intrínsecos, das fontes como barreiras, como, por exemplo, acesso, credibilidade, canal de comunicação, dentre outros (WILSON; WALSH, 1996).

Todas essas variáveis precisam ser levadas em consideração num estudo como este, principalmente, porque a prisão interfere e transforma todas as relações e perspectivas do encarcerado, modificando a forma como ele vê as pessoas e a si próprio, assim como seus relacionamentos e comportamentos.

Além do confinamento, o preso tem que lidar com o fato de viver em um não-lugar, isto é, em um lugar de classificação confusa e ambígua, que perturba sua compreensão, percepção e acuidade sensorial [...] A prisão pode ser entendida como um não-lugar que engloba esses elementos em movimento, em trânsito,

com sujeitos que passam constantemente por lá para poderem sair um dia, experimentando a sensação de morar em um lugar invisível aos olhos do resto dos cidadãos que funciona como uma antítese do lugar visível que mostra a sociedade. [...] Essa confusão e desconcerto sobre o tempo e o espaço gera no interno uma dificuldade de leitura e aprendizado, afetando e reduzindo a concentração e a dedicação que teriam se não estivessem privados de sua liberdade. (ROMÁN, 2018, p. 49-50).

Martínez-Silveira (2005), buscando estudar um grupo específico formado por médicos residentes, fez uma adaptação do modelo de Wilson e Walsh (1996), entrevistando parte do público estudado de forma a conferir certo nível de confiabilidade ao seu modelo. Nessa experiência, a pesquisadora verificou a usabilidade do modelo com grupos específicos, de forma que os impulsionadores, como a necessidade de atendimento aos pacientes, insegurança no caso, apresentação do caso ao supervisor ou interesse particular no caso clínico, e as barreiras, como bibliotecas de má qualidade, falta de treinamento, bases de dados de difícil acesso e falta de credibilidade das informações, ficaram explícitas, tornando mais fácil para o mediador trabalhar sobre elas para obtenção de melhores resultados, ou seja, para que se conheçam as necessidades do usuário e as mesmas sejam satisfeitas.

No ambiente carcerário, há uma série de variáveis que interferem, direta e indiretamente, no processo de leitura e assimilação da informação. Numa espécie de autobiografia, Graciliano Ramos registra sua própria experiência em “Memórias do Cárcere”, descrevendo de modo pormenorizado as perturbações que enfrentou cotidianamente:

[...] difícil permanecer num lugar; precisão de levantar-me, sentar-me, deitar-me. Fumar; a ligeira sonolência perturbada vezes sem conta e a leitura das mesmas páginas de José Geraldo Vieira Parecia-me faltar a um dever. Habitua-me a ler todos os livros que me remetiam, ali estavam três a desafiar-me em longa insônia, e era-me impossível fixar a atenção neles. As idéias partiam-se a cada instante, desagregavam-se. Picadas no estômago. Fome. Não, não era fome: nem conseguiria mastigar qualquer coisa. Só pensar em comida me dava enjôo. Interiormente achava-me tranqüilo. Ou antes, achava-me indiferente. Sumia-se até a curiosidade inicial. Que peça me iriam pregar no dia seguinte? Julgo que não perguntei isso. Realmente era desagradável continuar naquela saleta nua, a procurar nas paredes um lavatório e um mictório inexistentes. Mas noutro canto arranjar-me-ia. Operava-se assim, em poucas horas, a transformação que a cadeia nos impõe: a quebra da vontade. (RAMOS, 1976, p. 41-42).

Esse relato demonstra a tentativa de Graciliano Ramos em transmitir a sensação de estar em cárcere privado. O texto do Projeto Lêberdade (ALAGOAS, 2016), projeto de remição de pena pela leitura, deixa claro que a composição do acervo a ser disponibilizado aos custodiados depende das doações, ou seja, o sujeito tem suas fontes de informação limitadas, o que se soma ao bloqueio que o próprio ambiente proporciona, como relatado por Ramos (1976), atrelado ainda às dificuldades intelectuais, psicológicas e emocionais particulares que cada um já carrega consigo, como exposto por Wilson e Walsh (1996).

Além disso, de modo geral, as bibliotecas no Brasil lutam por sua sobrevivência, pois são organismos sem fins lucrativos que atuam em meio ao capitalismo concorrencial e excludente. A despeito dessas condições, seguem tentando reafirmar sua importância, nesse contexto, ainda que isso não traga retorno financeiro imediato. A realidade das bibliotecas prisionais, diante deste cenário, não poderia ser diferente. Quando se pensa em justificar a sua existência para beneficiar sujeitos que agredem a sociedade e, assim, demandar mais recursos públicos para isso, se torna ainda mais difícil comprovar a necessidade para aqueles que não enxergam a importância desta instituição para todos.

Além das questões mais amplas de políticas públicas, a remição de pena tem como ponto de partida todos esses fatores, que compõem a construção social do indivíduo atrelada às barreiras emocionais, educacionais e ambientais, já comentadas anteriormente, e as transformações impostas sobre elas pelo estado de encarceramento. Com efeito, todas elas, em maior ou menor medida, influenciam diretamente na forma como os sujeitos buscam ou não a informação, ou seja, condicionam o comportamento perante os recursos que possuem.

5 Procedimentos Metodológicos

Para se chegar a resultados satisfatórios em uma pesquisa científica, são imprescindíveis o planejamento e a definição de um conjunto de métodos e técnicas que possibilitem a melhor compreensão do fenômeno estudado. Nos ensinamentos de Gil (2002, p. 17), essa pesquisa é realizada “[...] mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.”

O trabalho refere-se a um ensaio que, quanto aos objetivos, se caracteriza como exploratório, pois, ainda conforme leciona Gil (2002), esse tipo de estudo atua num contexto em que existem poucas construções teórico-metodológicas acerca do objeto de pesquisa e, por isso, visa oferecer uma visão geral sobre o que está sendo estudado, esquadrinhando conceitos. Neste caso, buscou-se fazer um apanhado teórico-conceitual sobre necessidades e comportamentos em informação e aplicá-lo no contexto de estudos sobre comunidade carcerária.

Com relação à abordagem, este trabalho se apresenta como qualitativo, que é o mais adequado para pesquisadores que desejam conhecer determinado caso específico do ponto de vista dos significados, sem considerar os aspectos estatísticos. As informações detalhadas recolhidas são essenciais para o reconhecimento macro da situação. A pesquisa pode ser considerada intensa e limitada, pois os pesquisadores se concentram em determinado objeto de estudo ao mesmo tempo em que se limitam a este (RAUPP; BEUREN, 2006). Ademais, a pesquisa qualitativa não tem como base a estatística e, portanto, não tem como objetivo o controle de variáveis e a medição de resultados.

Do ponto de vista da coleta e sistematização de dados, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em material técnico-científico já explorado, na qual se procurou mapear e identificar os principais modelos de comportamento em informação apresentados na literatura científica e, a partir disto, propor um modelo específico de comportamento em informação para abordagem de estudos sobre os sujeitos em cumprimento de pena em regime fechado.

Os resultados da pesquisa, então, se materializam na apresentação e discussão de um modelo de comportamento em informação para o ambiente carcerário. A apresentação é feita tomando como base a literatura exposta no referencial teórico, em que se discutem a sua estruturação e usabilidade, assim como a necessidade de aprimoramento posterior.

Na elaboração do modelo, foram utilizados como referência base os elementos apresentados por Wilson e Walsh (1996): contexto da necessidade informacional, mecanismo ativador da necessidade, variáveis intervenientes, mecanismo ativador da busca, processo de busca informacional, processo e uso da informação, e pessoa no contexto. Além desses, foram utilizados também a teoria do estresse/enfrentamento, a teoria do risco/recompensa, teoria da cognição social e teoria da autoeficácia.

Porém, por esta comunidade ser diversificada, alguns elementos encontrados no modelo original de Wilson e Walsh (1996) não puderam ser respondidos apenas com um termo ou dois, pois os objetivos são múltiplos e não conversam entre si. Poder-se-ia, então, optar por ampliar o quadro e tratar a comunidade como um todo, dispondo de respostas as mais gerais possíveis, ou fazer recortes da comunidade e analisar cada um desses blocos de sujeitos que possuem tipos parecidos de comportamento.

6 Modelo de comportamento em informação para comunidade carcerária

Para além das determinações do Estado, o sistema prisional funciona de maneira parcialmente autônoma em relação ao restante da sociedade, possui regras próprias, leis de trabalho e conceitos próprios de liberdade e privacidade, entre outros. Muitos direitos conhecidos são retidos, ou seja, o sistema funciona como uma sociedade dentro de outra. Por isso, assim como Martínez-Silveira (2005), este artigo propõe um modelo de comportamento em informação próprio para a comunidade em estudo.

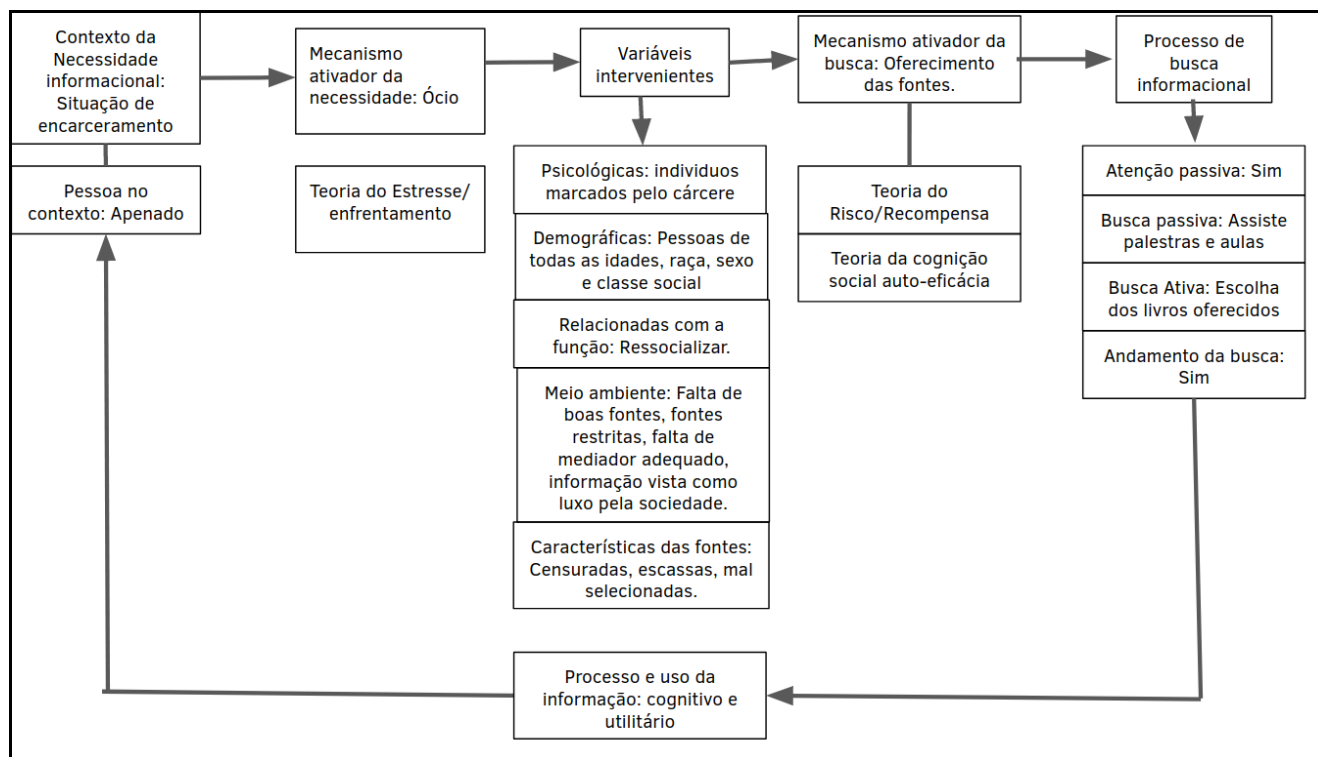
Tomou-se como base o modelo de Wilson e Walsh (1996), que descreve minuciosamente o caminho percorrido pelo sistema cognitivo do sujeito no processo de obtenção da informação. É forçoso considerar que nem todos os elementos propostos são necessariamente utilizados por todo e qualquer grupo. Martínez-Silveira (2005), por exemplo, considerou no seu estudo o “contexto das necessidades informacionais” correspondente ao “atendimento ao paciente”, porque encontrou um objetivo comum a todos os médicos residentes. Ao pensar em ambientes caracterizados pela diversidade de interesses, como, por exemplo, o carcerário, esse contexto pode não ser compartilhado de forma bastante clara.

De modo mais preciso, o modelo proposto toma como base o modelo de Wilson e Walsh (1996), bem como as teorias que o sustentam e os desdobramentos já realizados por alguns autores. Nesse universo, destacam-se os seguintes elementos:

- Contexto da necessidade informacional: Refere-se ao ambiente em que se origina a necessidade de informação.
- Mecanismo ativador da necessidade: Compreende o estágio entre a pessoa no contexto e a consciência da sua necessidade de informação (MATINEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007). Esse mecanismo tem como base a Teoria do estresse/enfretamento, que descreve as estratégias utilizadas pelos seres humanos para se adaptar às circunstâncias adversas ocorridas ao longo da vida e podem modificar a evolução do estresse, seja evitando a situação estressora ou a confrontando (LARAZUS; FOLKMAN, 1984). Essa teoria ajudou a explicar o porquê de nem todas as necessidades se transformarem em processos de busca (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007).
- Variáveis intervenientes: Abrange fatores que podem desencadear ou obstruir as iniciativas de busca de informação (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007).
- Mecanismo ativador da busca: Situa-se entre a “pessoa no contexto” e a decisão de buscar informações, pois, como bem esclareceram Wilson e Walsh (1996), nem toda necessidade resulta em busca de informações. Então, para compreender o que estimula e motiva a busca de informações, procuram-se respostas, principalmente, na Psicologia, mas ressaltam a necessidade de explorar também outras ciências (NIEDZWIEDZKA, 2003). Existem ainda como fundamentos do modelo de Wilson e Walsh (1996) a Teoria do risco/recompensa e a Teoria da autoeficácia. De acordo com a primeira teoria, os esforços de pesquisa são proporcionais às recompensas oferecidas em cada fonte. Conforme a segunda, oriunda da Teoria da cognição social, a “autoeficácia” sugere a existência de uma crença segundo a qual qualquer sujeito sempre pode desenvolver o comportamento necessário ao alcance de resultados. Com efeito, variáveis pessoais de natureza psicológica ou demográfica, por exemplo, podem ser neutralizadas pela força da “autoeficácia” (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007).
- Processo de busca informacional: O sujeito tem vários modos de obter informações, quais sejam, a atenção passiva, a pesquisa passiva, a pesquisa ativa e a pesquisa contínua (WILSON; WALSH, 1996). A primeira é a absorção passiva de informações do ambiente, por exemplo, quando a TV ou o rádio estão ligados. A segunda se refere às ocasiões em que um determinado tipo de comportamento resulta na aquisição de informações que são relevantes para o sujeito. A terceira ocorre quando uma pessoa busca informações ativamente. E a quarta, por sua vez, considerando uma pesquisa em andamento, é realizada para atualizar ou expandir a área de informações (NIEDZWIEDZKA, 2003).
- Processo e uso da informação: Estabelece que informações obtidas são processadas, transformam-se em conhecimento e são usadas pelo sujeito, para influenciar o ambiente e, conseqüentemente, criar novas necessidades de informação (NIEDZWIEDZKA, 2003).
- Pessoa no contexto: O sujeito social que se encontra em estado de necessidade de informação.

O modelo proposto para compreender o processo de comportamento em informação de sujeitos encarcerados, portanto, tem como referências os componentes do modelo de Wilson e Walsh (1996), mas procura estabelecer, sinteticamente, algumas particularidades do contexto prisional e do sujeito em situação de cumprimento de pena em regime fechado, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Modelo de comportamento em informação de sujeitos encarcerados



Fonte: Proposto com base em Wilson e Walsh (1996).

O primeiro ponto a ser destacado, a “pessoa no contexto”, refere-se ao apenado encarcerado em uma penitenciária sob custódia do Estado. É preciso ter em mente, principalmente, a impossibilidade que este sujeito tem de ir e vir livremente, o que afeta seu processo de busca e, conseqüentemente, o uso de informações. E mais, é importante considerar o ambiente específico, pois condicionará a ação do sujeito e o projeto de remição em desenvolvimento. O projeto Lêberdade, em Alagoas, por exemplo, afirma que podem participar de projetos dessa natureza presos condenados submetidos ao regime fechado ou que se encontram em cumprimento de medida cautelar (ALAGOAS, 2016). Importa esclarecer aqui que “A prisão cautelar é decretada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e visa assegurar a eficácia da investigação ou do processo, garantindo a sua instrumentalidade. É medida excepcional, onde não é analisada a culpabilidade do agente, mas, sim, a sua periculosidade.”. Então, ao lidar com projetos de remição que, por exemplo, permitam a participação de presos em regime semiaberto e/ou aberto, com sentenças condenatórias transitadas em julgado, deve-se considerar que se tratam de outros presos, com suas próprias características e, mais que isso, diferem entre si. Em rigor, a pessoa no contexto interfere diretamente nos demais elementos do modelo, por isso, cada unidade prisional e cada projeto de remição de pena deverão tomar como referência o modelo, mas se adequar à sua realidade.

O segundo, o “contexto da necessidade informacional”, se refere a todos os ambientes (social, econômico, político, tecnológico etc.) que influenciam o sujeito (NIEDZWIEDZKA, 2003), que, neste caso, se encontra em situação de cárcere. As descrições de Ramos (1976) e Román (2018) deixam muito claro como este contexto tende a ser negativo para a propagação e uso da informação. A superlotação, o ambiente agressivo, a ausência da família e a falta de recursos, por exemplo, são características que por si sós afetam o psicológico e o emocional dos apenados. Fandiño Mariño (2002) enfatiza que basta o ócio prisional como um fator agravante a favor do recidivismo criminal. O cárcere oferece ao preso condições não favoráveis ao seu interesse pela leitura, e isso também deve ser considerado ao analisar o comportamento do sujeito em informação. Em muitos presídios, além de não existir a presença do profissional bibliotecário como mediador da informação, como é o caso do já citado Projeto Lêberdade (ALAGOAS, 2016), não há a biblioteca. E, quando esta existe, tende a ser subutilizada ou usada para outros fins e não, especificamente, para colaborar com o projeto.

O terceiro elemento, “mecanismo ativador da necessidade”, se refere ao ócio bastante presente pelas condições impostas pelo cumprimento de pena. Existem certamente muitos outros, como, por exemplo, a necessidade de remir a pena nos sistemas prisionais em que há essa possibilidade, e o hábito adquirido fora do cárcere. Embora, pelas características da comunidade, este último seja mais difícil, pode acontecer, pois as comunidades carcerárias são compostas por sujeitos com origens, formações, níveis de escolaridade e subjetividades diversos.

O quarto elemento, “variáveis intervenientes”, especificamente, no item “relacionadas com a função”, define-se como o principal objetivo do cumprimento de pena, ou seja, o processo de ressocialização. Quando se pensa na função do preso numa perspectiva macro, visualizando seu papel na sociedade como um todo, pode-se encontrar dificuldade para descrever, mas, se realizarmos uma análise considerando o sistema penitenciário como uma comunidade dentro de outra, que funciona com seus próprios regimentos, pode-se visualizar o preso e sua função nas relações sociais que estabelece com outros presos e com os funcionários, nas atividades laborais, educacionais e culturais, entre outras, que muitos desenvolvem dentro do cárcere. É preciso pensar no encarcerado tentando ver o mundo sob a sua perspectiva, para conseguir entender os elementos que o condiciona, como, por exemplo, as relações, as funções e os fluxos sob o seu ponto de vista, que foram estabelecidos pelo regime de informação no qual se encontra inserido. Em que pese a heterogeneidade que as constitui, existe ainda uma série de variáveis intervenientes que devem ser consideradas, tais como os aspectos psicológicos, as características demográficas e os tipos de fontes de informação que condicionam as atividades e os processos que ali ocorrem (DELAIA, 2008). É ainda importante ponderar que o modelo contempla como variável demográfica todas as idades dos sujeitos que se encontram em cumprimento de pena, visto que, numa unidade prisional comum, excetuando-se a casa de custódias e casa de menores infratores, existem sujeitos das mais variadas idades, desde que tenham alcançado a maioridade penal de 18 anos, conforme o artigo 228 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

O quinto elemento, “mecanismo ativador da busca”, também é um ponto peculiar nesta comunidade, isso porque os sujeitos que a compõem não podem simplesmente ir atrás de fontes de informação, até porque muitos deles não conhecem o direito à informação que possuem e, quando conhecem, não sabem como buscar. Acrescente-se a isso que, na maioria das vezes, as fontes são oferecidas e não selecionadas ou buscadas, considerando inclusive os limites da política de acesso do sistema penitenciário em que cumprem a pena. Então, os sujeitos, em decorrência desses limites e das barreiras enfrentadas, podem optar por não buscar as fontes de informação.

O sexto elemento, “processo de busca informacional”, é limitado ao contexto da necessidade do apenado, o cárcere, considerando inclusive o processo de ressocialização a que este se propõe. Assim, embora exista a possibilidade de abordagens sobre a “atenção passiva” do sujeito, esta fica bastante prejudicada pelo contexto. O apenado deve, então, assistir a palestras oferecidas, mesmo que não sejam de seu interesse imediato ou não tenham a ver com sua realidade específica, mas façam parte do processo de ressocialização. Assim como seu gosto literário deve se adequar aos títulos disponibilizados pela instituição. Dadas as características do cárcere, como observara Ramos (1976), o processo de aquisição da informação, sobretudo, por meio de trocas interpessoais, se torna bastante limitado.

O sétimo elemento, “processo e uso da informação”, considera que o uso da informação é cognitivo e utilitarista, pois o interesse de muitos em estudar, ler, trabalhar e assistir a palestras se restringe, em grande medida, à remição de sua pena ao máximo possível. Porém, mesmo para os que só se interessam pela aquisição da informação em decorrência do benefício de redução da pena, de maneira indireta e involuntária, também são transformados cognitivamente, configurando a função dupla da informação. Nessa perspectiva, a remição de pena pela leitura vem sendo incentivada em diversos sistemas prisionais.

Nas análises e discussões deste modelo, devem-se considerar as condições necessárias para o seu bom funcionamento, que envolvem desde o conjunto de políticas públicas, em sentido amplo, a fontes de informação adequadas e profissionais qualificados, entre outros elementos mais específicos, dificilmente encontrados nos ambientes prisionais brasileiros. De modo mais específico, pensar o projeto Lêberdade em Alagoas significa, sobretudo, considerar as condições precárias em que se encontra a infraestrutura de informação (ALAGOAS, 2016). Aqui, é importante lembrar Mameluque (2006), ao afirmar que o atual sistema prisional brasileiro (e porque não mundial, com algumas exceções) em nada favorece a recuperação do ser humano.

Não se pode, contudo, esquecer os ensinamentos de Wilson (1981), para quem estes estudos são importantes para que as dificuldades sejam visualizadas e definidas estratégias que visem adaptar os sistemas de informação para que sejam mais eficientes e eficazes. Nesse horizonte, o modelo acima proposto é uma primeira tentativa de entender como se comporta essa comunidade, tomando como referência o contexto macro do cárcere e as particularidades que caracterizam o coletivo encarcerado. O fato é que, a partir deste modelo, é possível repensar e aprofundar modelos de comportamento em informação mais específicos para cada região e penitenciária, proporcionando assim melhores resultados.

7 Considerações Finais

Ao perceber a importância da ressocialização, os sistemas penitenciários têm investido em medidas especiais capazes de recuperar sujeitos em situação de cárcere, dentre as quais se podem destacar a realização de trabalho e os estudos. Nesse contexto, o CNJ recomenda a remição de pena pela leitura, que busca utilizar esta prática no processo de transformação social por que passa o sujeito e restabelecer a ordem na vida deste em sociedade no pós-cárcere. A leitura é fonte inesgotável de informação e conhecimento. Assim, para entender a melhor forma de trabalhar a leitura com estes sujeitos, se faz necessário, primeiramente, compreender que fatores influenciam suas demandas pela informação e como isso interfere no seu comportamento em informação. Nessa perspectiva, este artigo buscou discutir um conjunto de variáveis gerais que condicionam as necessidades e o comportamento em informação de sujeitos encarcerados em regime fechado, visando, a partir disso, propor um modelo que auxilie na compreensão e na implantação da remição de pena pela leitura.

Primeiro, considera-se que a leitura é umas das principais formas de acesso à informação. E mais, o ser humano tem necessidade dela para sobreviver e, a partir dessa necessidade, desenvolve um comportamento para obtê-la. Avançando nessa direção, o estudo de comunidade permite o conhecimento acerca das necessidades e dos comportamentos em informação.

As necessidades de informação são geradas a partir do contexto em que o sujeito se localiza no mundo, das relações sociais, das funções que exerce e das formas como se deu sua construção social. Os estudos sobre a necessidade de informação não são mais focados no que o usuário necessita, mas sobre o que gerou esta necessidade. Além disso, a necessidade de informação é vista como a forma de satisfazer as necessidades primordiais dos seres humanos, seja fisiológica, psicológica ou social (WILSON, 1981).

O ser humano busca informação e a maneira como ele faz isso determina o seu comportamento em informação. Wilson e Walsh (1996) propuseram um modelo de comportamento em informação que busca entender como o sujeito se comporta mediante a necessidade de informação. Tal modelo pode ajudar a entender como funciona a mente de um usuário num processo de busca da informação, para que se possa atendê-lo melhor e que sua necessidade em informação seja adequadamente suprida. Tomando como referência este modelo, sentiu-se a necessidade de adaptá-lo ao estudo de uma comunidade específica composta por sujeitos em cumprimento de pena em regime fechado, para começar a compreender como eles se comportam nesta busca.

O modelo proposto é composto pelo fluxo que o sujeito segue para aquisição de informação e de conhecimento, observando inicialmente o sujeito social e o contexto específico da necessidade informacional. Além disso, é necessário considerar os demais elementos que compõem o modelo, a saber, mecanismo ativador da necessidade, variáveis intervenientes, mecanismo ativador da busca, processo de busca informacional, e processo e uso da informação. A diferença do modelo proposto para os que serviram de fundamento é que este procurou se ater, especificamente, as condições em que se encontram a comunidade carcerária.

Neste universo analítico, merece considerar que se trata de uma comunidade bastante heterogênea e, por conseguinte, pode apresentar múltiplos mecanismos ativadores de busca. Outra questão importante a ser considerada diz respeito à precariedade de recursos que permeia este ambiente. Além das políticas de restrições, formais e informais, que caracterizam o ambiente prisional, há ainda o descaso em torno das políticas públicas de acesso à informação, principalmente, com a ausência de coleções planejadas, formadas e desenvolvidas adequadamente, considerando as particularidades da comunidade a que se destina. Em rigor, as fontes de informação são oferecidas e não selecionadas ou

buscadas pelos usuários, conforme seus mecanismos ativadores ou interesses pessoais. Nesse sentido, o modelo proposto pretende ser uma aproximação a relativo padrão de comportamento em informação da comunidade encarcerada, exigindo, por conseguinte, maiores especificações e aprofundamentos para a devida aplicação.

O modelo proposto possibilita a identificação de elementos a serem considerados nos estudos, no acompanhamento e na avaliação de comportamentos em informação de sujeitos encarcerados. Fazem-se imprescindíveis, contudo, estudos mais aprofundados e específicos, que adentrem diretamente neste mundo pouco explorado por cientistas da informação. Isso para que a leitura e a informação possam cada vez mais se apresentar como solução para preencher lacunas abertas nas vidas desses sujeitos. Esta pode ser certamente uma contribuição ao processo de ressocialização de apenados.

Referências

- ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. **Projeto Lêberdade**: Remição da pena pelo estudo através da leitura no Sistema Prisional de Alagoas. Maceió, 2016. 21p. Disponível em: http://www.seris.al.gov.br/educacao-producao-e-laborterapia/projeto-leberdade/Leberdade%20revisado%20%20-%20versao%20definitiva%20-%2015.03.17.doc/at_download/file. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. **Ressocialização implanta biblioteca no presídio Cyridião Durval**. Maceió, 2017. Disponível em: <http://www.seris.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2017/10-outubro/ressocializacao-implanta-biblioteca-no-presidio-cyridiao-durval>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ALONSO, José Antônio Fialho. A produção de informação e conhecimento: Fundação de Economia e Estatística. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300004. Acesso em: 30 jul. 2019.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p.1-7, jan. 1994. Disponível em: <http://boqliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20a%20Questao%20da%20Informacao.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- BARROCO, José Alves. **As bibliotecas escolares e a formação de leitores**. 2004. 248p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/3400> Acesso em: 15 dez. 2018.
- BOCK, Ana Maercês Bahia; FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº. 44, de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1907>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em. 15 dez 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- DERR, Richard. A conceptual analysis of information need. **Information Processing and Management**, v. 19, n. 5, p. 273- 278, 1983.
- FANDIÑO MARIÑO, Juan Mario. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 220-244, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a10.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu Panorama no Brasil. **Psicologia: teoria e prática**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (Eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**. Edmonton, Alberta, 1995
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAZARUS, Richard; FOLKMAN, Susan. **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer, 1984.

LECKIE, Gloria; PETTIGREW, Karen; SYLVAIN, Christian. Modeling the information seeking of professional: a general model derived from research on engineers, health care professionals and lawyers. **Library Quarterly**, v. 66, n. 2, p. 161-193, 1996.

LE COADIC, Yves. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a Psicologia. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 620-631, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n4/v26n4a09.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silvia. **A informação científica na prática médica: estudo do comportamento informacional do médico-residente**. 2005. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8175>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silvia; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1182/1345>. Acesso em: 03 fev. 2020.

NIEDZWIEDZKA, Barbara. Um modelo geral proposto de comportamento da informação. **Information Research**, v. 9, n. 1, 2003. Disponível em <http://InformationR.net/ir/9-1/paper164.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

OTTOBONI, Mario. **Ninguém é irrecuperável**. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo, Martins. 1976. v. 2.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 3, p. 76-97.

ROMÁN, Antonio Martín. A influência da leitura no contexto de encarceramento e o marco jurídico das bibliotecas prisionais. **Cadernos de informação jurídica**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 43-67, dez. 2018. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/189/195>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo**. Maceió: Edufal, 2015.

WILSON, Thomas Daniel. Human information behavior. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000.

WILSON, Thomas Daniel. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 31, n.1, p. 3-15, 1981.

WILSON, Thomas Daniel; WALSH, Christina. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. **British Library Research and Innovation Report**, n. 10, 1996.

Artigo submetido em: 17/02/2020.

Aceito em: 03/04/2020

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.